

PROVA DISCURSIVA - PROFISSIONAL BÁSICO
(FORMAÇÃO DE DIREITO)
2ª FASE

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com os enunciados das 5 (cinco) questões de Conhecimentos Específicos da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, valendo 10,0 (dez) pontos cada questão.
 - b) 1 (um) **CADERNO DE RESPOSTAS**, para o desenvolvimento das questões discursivas, grampeado a um **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**.
- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**, com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.
- 04 - As questões discursivas deverão ser respondidas, no **CADERNO DE RESPOSTAS**, utilizando caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - **SERÁ ELIMINADO** desta Seleção Pública o candidato que:
- a) se utilizar, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
 - b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, e/ou o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO** grampeado ao **CADERNO DE RESPOSTAS**.
 - c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES**, e/ou o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO** grampeado ao **CADERNO DE RESPOSTAS** quando terminar o tempo estabelecido.
 - d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**.
- Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.
- 07 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO** grampeado ao **CADERNO DE RESPOSTAS** das questões discursivas e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 08 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES DISCURSIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE RESPOSTAS** grampeado ao **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.
- 09 - As questões da Prova Discursiva estarão disponíveis, no primeiro dia útil após a realização da mesma, no endereço eletrônico do **BNDES** (<http://www.bndes.gov.br>) e no da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

QUESTÕES DISCURSIVAS**Questão nº 1**

A sociedade empresarial BB & C Empreendimentos Ltda. contrata financiamento com o BFI (Banco de Fomento a Investimentos), tendo como órgão de repasse da verba financiada o Banco do Estado. A finalidade do financiamento é a construção de parque industrial.

Após a formalização contratual do financiamento, antes, porém, do repasse em dinheiro, a BB & C Ltda. inicia, com recursos próprios, as obras. Para permitir esse empreendimento inicial, a BB & C Ltda. contrata a abertura de conta garantia com o Banco do Estado.

Passados noventa dias da assinatura do contrato de financiamento sem que o repasse fosse efetivado, a BB & C Ltda. contrata empréstimo com o Banco do Estado com a finalidade de cobrir o saldo devedor da conta garantia.

Trinta dias após a contratação do empréstimo, são repassados os valores do financiamento, sendo a verba destinada à conta da BB & C Ltda. no Banco do Estado.

No mesmo dia e sem autorização da BB & C Ltda., o Banco do Estado debita parcela considerável dos valores repassados pelo BFI para pagamento de juros e demais encargos referentes ao empréstimo realizado, tornando inviável a realização da construção do parque industrial e a consecução da atividade econômica.

De acordo com as normas referentes à teoria contratual contemporânea, quais as consequências jurídicas da conduta do Banco do Estado? (valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

Questão nº 1 (continuação)

RASCUNHO



Questão nº 2

Determinado administrador de uma companhia aberta, no exercício de suas atribuições, negociou contratos mercantis, tais como, compra e venda mercantil, distribuição, entre outros que envolvem a participação da companhia, agindo de acordo com seus próprios interesses, a ela causando elevados prejuízos em flagrante violação aos deveres que lhe são impostos como administrador pela lei aplicável à espécie.

Em vista disso, a companhia fez uma consulta jurídica a respeito de deveres e responsabilidades dos administradores. Com base em lei e fundamentação jurídica pertinentes, apresente as explicações que o consultor deve ter encaminhado à empresa sobre as indagações a seguir.

- a) O administrador poderá ser responsabilizado por agir de acordo com seus próprios interesses em detrimento dos interesses da companhia?

(valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO

Questão nº 2 (continuação)

b) Em que condições o referido administrador poderia ser submetido a ação judicial pela companhia ou por qualquer acionista? Para tal demanda judicial, qual o prazo prescricional aplicável à espécie?

(valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO



Questão nº 3

O BANCO MUITO BOM S/A, empresa pública federal, promove execução baseada em cédula de crédito bancário incluindo no polo passivo a empresa FAJUTAS LTDA. e os sócios Senhor X e Senhor Y, irmãos e avalistas. Regularmente citados, os réus apresentam, de início, petição avulsa aduzindo nulidade absoluta na formação do título, em desconformidade com a lei específica. Tal peça vem a ser rejeitada por decisão do Juiz da causa, o que gera apresentação de recurso a instância superior. O processo prossegue normalmente com a constrição judicial a vários bens móveis e imóveis dos executados que estão localizados em vários municípios, que não são abrangidos pela competência territorial do Juízo da Execução. Após os trâmites de estilo, designa-se hasta pública, e diversos bens vêm a ser adquiridos por pessoas interessadas, acarretando a necessidade de atos executivos de regularização. No curso do processo, a empresa WW BOM MOÇO LTDA. apresenta requerimento no qual busca a participação no resultado da hasta, aduzindo ser credora da empresa FAJUTAS LTDA., apresentando sentença condenatória transitada em julgado com valor definido. O requerimento é admitido por decisão monocrática do Juízo da Execução sem a oitiva do Exequente original.

Analise os pontos relevantes do caso acima quanto às questões processuais e materiais.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

Questão nº 3 (continuação)

RASCUNHO



Questão nº 4

Um juiz de direito, ao julgar procedente uma ação ordinária ajuizada pela empresa AA & BB contra a empresa CC & DD, declarou, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade da lei estadual X, que, todavia, não havia sido suscitada pelas partes, nem pelo representante do Ministério Público. A empresa CC & DD interpôs recurso contra a sentença, sustentando a constitucionalidade da lei e alegando, ainda, que (i) o juiz não poderia ter declarado a inconstitucionalidade de ofício e que, ainda que fosse possível, (ii) não poderia ter declarado a inconstitucionalidade daquela lei X, porque o STF já havia reconhecido a constitucionalidade de lei de conteúdo idêntico, embora de outro Estado.

Em segunda instância, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em cumprimento à regra do art. 97, CRFB, encaminhou a questão constitucional ao órgão especial, que, por maioria (absoluta), decidiu pela inconstitucionalidade da lei X.

Em relação ao caso apresentado, explique se

- a) o juiz poderia ter declarado de ofício a inconstitucionalidade de uma lei. (valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO

- b) o juiz poderia ter declarado a inconstitucionalidade da lei X, considerando-se a jurisprudência do STF informada pela empresa ré. (valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO

- c) o órgão fracionário deveria ter levado a questão ao órgão especial. (valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO

Questão nº 4 (continuação)

d) cabe opor embargos infringentes da decisão do órgão especial.

(valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO

e) cabe interpor Recurso Extraordinário da decisão do órgão especial.

(valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO



Questão nº 5

A empresa WWW & W/MG decidiu, em 2005, implantar um complexo agroindustrial no Estado de Minas Gerais e, por não deter a totalidade dos recursos financeiros necessários, elaborou projeto para obtenção de verba complementar, o qual veio a ser regularmente aprovado por Banco de Fomento Econômico federal (empresa pública federal), vindo a ser formalizado, em 2006, um contrato de financiamento.

Em atenção ao cronograma de execução do projeto, a empresa deu início ao empreendimento, fazendo uso de recursos próprios. Todavia, passados 120 dias da assinatura do contrato de financiamento, nenhum valor tinha sido liberado pelo Banco de Fomento Econômico, inviabilizando a conclusão da obra e causando considerável prejuízo à empresa.

Analisando a situação hipotética acima descrita, explique, utilizando argumentos jurídicos pertinentes, se é juridicamente possível responsabilizar o Banco de Fomento pelos danos causados à empresa WWW & W com base na norma do art. 37, § 6º, da CRFB.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

